

As idéias de Gustavo Dahl

Nos dias 28, 29 e 30/06 e 01/07 acontecerá em Porto Alegre o III Congresso brasileiro de Cinema, que discutirá a situação e os rumos do cinema nacional. Gustavo Dahl, cineasta e autor de uma obra ensaística de fundamental importância na história do pensamento cinematográfico nacional, e responsável pela Superintendência de Comercialização no período áureo da Embrafilme, será o presidente do Congresso. A Sinopse apresentou a Dahl um questionário abrangendo várias facetas da questão cinematográfica do país. Suas respostas servem de panorama do estado das coisas.

Leandro Saraiva

SINOPSE: Por que deve haver um "cinema brasileiro"?

Dahl: Porque sim. É um direito inalienável das sociedades e de suas culturas verem-se transformadas em imagens, símbolos, emblemas e ícones, para se reconhecerem e se exaltarem.

S: Qual o sentido de falar em cinema brasileiro nos dias de hoje?

D:: Parafraseando Antonio Candido, é ele e não outro que nos exprime, se não o amarmos ninguém o fará por nós. Na geléia geral da globalização, a transculturalidade pode fazer com que as culturas não tenham mais o que comunicar entre si.

S: O que diferencia, em termos de função social o cinema da televisão? (ou seja, realizada, via TV, a "Integração nacional", e com a TV oferecendo a ficção e a informação cotidiana, qual é o papel específico do cinema nacional hoje?)

D: A televisão não age, ela reage formatando seu discurso ao desejo pré-existente do espectador, expresso por pesquisas de audiência. "Integração nacional" pode ser uma maneira de globalizar internamente, a serviço do Sul maravilha. A televisão é um meio frio e diluente. Ao contrario de tudo isso, o cinema não. O papel do cinema brasileiro é a afirmação e valorização da diferenciação sincrética brasileira a fim de equilibrar a transculturalização inelutável.

S: Qual o "x do problema" do cinema brasileiro?

D: Concentração de renda, que restringe e elitiza o consumo cinematográfico e a compulsiva depreciação do país, promovida por essas mesmas elites, que gera o preconceito contra o nosso cinema. Modelo de produção, estratégia de distribuição, descontinuidade e rarefação estética são as pernas do xis.

S: Por que hoje mais um ciclo de euforia e depressão? (Modelo de produção? Estratégia de distribuição? Descontinuidade e rarefação estética?)

“O papel do cinema brasileiro é a afirmação e valorização da diferenciação sincrética brasileira a fim de equilibrar a transculturalização inelutável.”

D: Continua-se a privilegiar a sobrevivência, a qualquer preço, da produção e não a auto-sustentabilidade da atividade como um todo, incluindo distribuição, exibição, televisão e mercado externo. A simples produção não gera demanda. Não há mercado interno, a distribuição de filmes brasileiros é deficiente, a produção é intermitente e distancia-se do real, social ou psicológico. Tudo junto, aqui e agora.

S: *Segundo nossa visão, o modelo da renúncia fiscal, apesar de possibilitar o surgimento de uma leva considerável de filmes, excluiu qualquer ação mais sistemática rumo à constituição de uma indústria nacional de cinema. Você concorda?*

D: Houve recursos mas não houve uma política de produção, que foi feita de forma espontaneísta e atomizada, nem de distribuição, que poderia organizar a oferta e potencializar o relacionamento com o mercado.

S: *Na sua opinião, uma indústria cinematográfica brasileira é desejável? É viável? Ou o cinema deve ser subsidiado, se necessário até a fundo perdido, como parte do patrimônio estético-cultural do país?*

D: O país tem uma concentração demográfica que permite a criação de um

mercado interno. Mas é extremamente subpopulado de salas de exibição e o filme brasileiro não tem acesso aos 38 milhões de aparelhos atingidos pela televisão aberta. O mercado é ocupado em mais de 90% pelo produto importado, que não deixa brechas também a nível mundial. Desta forma, não há a menor possibilidade de construir uma indústria, único modo de garantir a permanência e regularidade do processo cinematográfico. O subsidiamento, inclusive a fundo perdido, é justificado. Há que estabelecer os critérios, e este é o problema.

S: *Há necessidade da criação de um órgão público especificamente dedicado ao cinema? Por que? Qual seria a definição institucional desse órgão (Ministério? Coordenadoria Interministerial? Agência (ao estilo Anatel)? Quais seriam as atribuições desse eventual órgão cinematográfico?*

D: O simples jogo do mercado não viabiliza nenhuma indústria cinematográfica nacional. É preciso aumentar o compromisso do Estado e dos governos com o cinema brasileiro, criar e manter uma política pública cinematográfica permanente. Falta uma agência financeira que dinamize, controle e fiscalize a utilização dos recursos originários de receitas federais e leis de incentivo. Falta uma agência de inteligência e desenvolvimento que

centralize e sistematize as informações econômicas, estude a legislação comparada, desenhe um modelo econômico que balise a produção e a repartição do mercado. Falta um órgão executivo que promova e fomente a atualização tecnológica e a produção cultural, além de ocupar-se da apresentação do cinema brasileiro no exterior. E sobretudo, falta uma coordenação e supervisão, no mínimo interministerial, que permita a todos os órgãos públicos que interfaceiam o cinema, contribuírem para sua afirmação. Uma ação administrativamente horizontal e não vertical. Maiores detalhes na “Proposta de Criação da Secretaria Nacional de Política Audiovisual”, lançada para debates em julho de 98. Deve ficar claro que o conceito não é “agência de fiscalização ou regulação de serviços públicos”, como se quer fazer crer para tumultuar o debate.

S: *Parece haver duas tendências esboçadas atualmente, quanto ao modo de incentivo estatal ao cinema:*

a) manter o princípio atual, que transfere verbas e decisões de produção a empresas privadas. Segundo essa visão, o Modelo adotado até agora foi um sucesso, e sua descontinuidade se deve a uma retração ocasional, que deverá ser superada a médio prazo. O problema agora seria “complementar” à política cinematográfica com incentivos para as áreas de

“ É preciso aumentar o compromisso do Estado e dos governos com o cinema brasileiro, criar e manter uma política pública cinematográfica permanente.”

distribuição, exibição e criação de um balcão estatal;

b) mudar o princípio da ação estatal, no sentido da capitalização das empresas cinematográficas mais capazes de produzir cartelas de filmes, com continuidade e presença de mercado.

Você concorda com esse resumo? Existem outras idéias? Qual a sua posição?

D: O fomento por meio de renúncia fiscal, apesar dos vícios típicos de todos os incentivos, descentralizou o processo de produção. Mas também o desprofissionalizou, criando a figura do produtor de serviços, que viabiliza projetos de diretor. É um mal que atinge fortemente os cinemas subsidiados. Além do que, os investidores institucionais, praticamente compulsórios, têm mais interesse no *marketing* do seu próprio produto que na atividade cinematográfica. O modelo é mas não pode ser excludente, até mesmo porque não se monta uma indústria cinematográfica sem a presença empreendedora do produtor.

Acredito que deveria criar-se uma nova receita, retirada da própria atividade audiovisual, até para não ter que ouvir que o cinema está aumentando a mortalidade infantil. Baseada conceitualmente no direito compensatório originado pela ocupação maciça do mercado de salas e pela falta de acesso do filme brasileiro à televisão aberta. Isto induziria a criação de um órgão de

recolhimento e repasse de recursos, que forçosamente teria que controlar o conjunto de atividade, logo produzir transparência sobre ela. Eventualmente em cooperação com as entidades e associações de classe, numa parceria Estado-Sociedade. Regulamentação e fiscalização são uma questão controversa, a ser embasada técnica e politicamente, presidida pelo paradigma da auto-sustentabilidade. A suplementação do mercado, a partir da sua repartição e da relação custo-benefício em cada “janela” (meio de difusão), pode ser uma etapa intermediária que além de beneficiar a produção, deveria contemplar também a distribuição e a exibição do filme brasileiro, sob a forma de um prêmio adicional de renda.

S: Você acha que deveria haver mecanismos específicos de apoio a longa-metragens de cineastas estreados

D: Os primeiros filmes são sempre mais difíceis de levantar a produção e representam a possibilidade de renovação. Mas há um problema: dependendo do volume de primeiros filmes, desenha-se uma tendência à proliferação de diretores desproporcional às possibilidades de produção. Numa indústria autônoma os próprios resultados se encarregam do processo de seleção, imposto pela realidade e aceito por todos. Num cinema subsidiado,

com o leque de estréias renovado a cada ano a tendência é criar a figura clássica do diretor desempregado, que se sente injustiçado. É preciso pensar também em mecanismos específicos de apoio aos filmes de diretores veteranos. Tenho realmente muita vontade de assistir ao Castro Alves, de Nelson Pereira dos Santos, numa produção Luiz Carlos Barreto, a exemplo do que russos e americanos fizeram com Kurosawa.

S: “E qual a função do curta-metragem no CB? Deve-se adotar uma política de incentivo mais ousada no que se refere a exibição dos curta-metragens, ou a função do curta é de formação técnica, devendo, então, permanecer assim onde está hoje, no circuito cultural o cinéfilo?”

D: A média de qualidade do curta é, no mínimo, igual à do longa. O painel criado pela sua multiplicidade e por sua liberdade é muito rico e não pode ser seqüestrado por razões de economia interna de qualquer segmento. Sua exibição na sala, no entanto, não deve ser obrigatória sob pena de ser caracterizada como intervenção na ordem econômica, com liminares na justiça etc. Tem que ter o consenso do exibidor e a receptividade do público. O espaço aberto pelas salas especializadas seria uma ponta de lança, da mesma forma que as redes pública e educativa de televisão. Agora, bom mesmo seria a veiculação pela Internet, a nível mundial. De qualquer maneira, o curta-

“O grande público potencial do filme brasileiro é aquele que não está indo ao cinema, os excluídos cinematográficos, os verdadeiros sem-tela, desprezados pelo cinemão.”

metragem é o produto jovem que está faltando no mercado.

SINOPSE: Com a entrada de capital internacional na televisão no Brasil, aumentam ou diminuem as possibilidades de parcerias entre TV e cinema nacionais? Ou assistiríamos inclusive a um processo de desnacionalização, da produção de TV? Há quem fale em um pânico da Globo diante de eventual concorrência das tvs latinas, como braço das três grandes americanas, em território brasileiro. Em que termos? Se não, em que termos deveria ser pensada a relação TV/ Cinema no Brasil hoje?

D: A televisão é uma outra dimensão. Ela vive da publicidade e não do ingresso, oferece informações e entretenimento praticamente grátis. O principal problema é que sua própria produção interna monopoliza seu tempo mais lucrativo, o primetime. E que a conglomeração de diversos meios de comunicação em torno dela é uma tendência mundial que escapa ao controle social. Alguém se lembra do Conselho Nacional de Comunicação Social, instituído pela “cidadã” – aquela que não colou – em 88? Em termos de ficção, o filme e a novela são o mesmo material (uma trama com atores falando em português, registrados por uma câmara) em formatos diferentes. Logo, dar exclusividade a uma em detrimento do outro, como acontece,

pode ser considerado prática de concorrência desleal.

O mercado atingido pela televisão é no mínimo de oitenta milhões de espectadores, o que já é razoável a nível mundial. Logo desperta atenção e ambição. Há nitidamente em curso uma operação de quebra do semi-monopólio em que se encontrava a televisão, com características endógenas e exógenas. Endógena, o acesso das classes D e E ao aparelho de televisão. Exógena, a parceria de dois grandes estúdios, como a Warner e a Disney, com a vice-campeã de audiência. Como a relação da produção televisiva interna ou do produto importado com o filme brasileiro será sempre de concorrência, é provável que a televisão queira até produzir seus próprios filmes, mantendo a verticalização da produção e seu controle sobre a exposição do produto. Sem dar colher de chá, isto é, abrir o veículo para a produção independente. A televisão pode até empregar a mão-de-obra cinematográfica, mas não vai criar espaço para um produto que não seja dela, nacional ou estrangeiro. A televisão a cabo, como a sala de exibição ou a Internet, está limitada ao topo da pirâmide social, e não cria escala para um produto de consumo forçosamente de massa. A relação cinema/TV no Brasil deve passar obrigatoriamente pela exposição do filme brasileiro na televisão aberta, a começar pela rede pública, e ter como

parâmetro de remuneração não o custo de compra do filme importado, mas o custo de produção da ficção dramática, realizada internamente. No mínimo. A remuneração do filme brasileiro na televisão aberta deveria se referenciar ao faturamento realizado nos intervalos publicitários.

S: Que ações você acha que poderiam contribuir para ampliar os atuais parcos 5% do mercado cinematográfico alcançados pelo cinema nacional?

D: Dispondo de recursos – a partir da criação de uma receita nova - um adicional de bilheteria que garantisse a renda média do exibidor do filme brasileiro. Mas isto seria ainda um paliativo. O problema estrutural é a falta de salas, sobretudo para o filme autoral, cuja produção abundante é induzida pela atual legislação de incentivos. Exposição dos *trailers* na tevê aberta ou no conjunto de salas, isto é, aumento da visibilidade do conjunto da produção também ajudaria. E mais que tudo, um governo que, em termos de cinema, governe.

S: Especificamente quanto aos muitos filmes recentes de curtíssima ou nula carreira nas salas, o que houve? Trata-se de um problema intrínseco ao circuito exibidor? Ou o problema está no descompasso entre a produção e o gosto do público? Ou talvez os problemas se concentram numa baixa criatividade de

“O projeto nacional de que o país carece pode começar pelo cinema, desde que façamos nossa parte.”

marketing e distribuição?

D: O filme brasileiro perdeu “imagem” junto a um público maior. O número de salas é insuficiente. A distribuição ficou concentrada numa só empresa que faz o que pode, mas pode pouco. Até mesmo porque os filmes de maiores atrativos são encaminhados para as grandes distribuidoras. Tudo isto somado, termina gerando um canibalismo proveniente do excesso de oferta de filmes autorais. Quanto ao gosto do público, me parece modestamente, que os filmes falam insuficientemente da vida real, do Brasil real. Por exemplo, onde estão os filmes sobre jovens, que constituem a maioria absoluta da platéia cinematográfica? Além do que o talento e o entusiasmo para lançar e manter em cartaz o filme brasileiro parece ter sido enterrado junto com a distribuidora da Embrafilme. Não há visão de conjunto nem na produção nem na distribuição.

S: *O público de cinema no Brasil é hoje restrito à elite, como resultado combinado do empobrecimento da população, aumento do ingresso e concentração de salas em locais nobres das cidades maiores. São possíveis, no âmbito cinematográfico, ações que busquem essa parcela pobre da população, excluída do público nacional? Ou o problema é tão maior, tão mais grave, que extrapola a possibilidade de ação*

especificamente cinematográfica?

D: Em vinte anos o preço médio do ingresso multiplicou no mínimo dez vezes. O cinema como lazer deixou de fazer parte da vida do povão. As experiências de cinema volante, ambulante, na favela, em auditórios não exclusivamente cinematográfico sinalizam resultados positivos, muito positivos. O grande público potencial do filme brasileiro é aquele que não está indo ao cinema, os excluídos cinematográficos, os verdadeiros sem-tela, desprezados pelo cinemão. É óbvio que o problema nasce da má-distribuição de renda e da injustiça social. Mas se fosse realocada uma parte dos recursos aplicados, que escorrem literalmente pelo ralo, poder-se-ia enfrentar a situação. Até mesmo construindo salas especialmente destinadas ao filme brasileiro e outras cinematografias nacionais que nem chegam aqui. O conceito é democracia audiovisual, filmes do mundo inteiro para todos.

S: *Quanto ao cinema não-comercial, qual deve ser a ação estatal? Que medidas, tanto de produção como de distribuição/exibição, você acha que seriam necessárias para esse cinema que visa públicos segmentados, à margem do mercado?*

D: Primeiramente restaurar o Centro Técnico Audiovisual, que de fundação passou a ser departamento e é o patinho feio da FUNARTE.

Ele já deu uma grande contribuição em termos de produção e difusão do filme cultural, pode continuar a fazê-lo. A cultura é a educação informal, mas poderia se aproveitar da estrutura audiovisual da rede de apoio à educação formal, como TV – Escola, Rede Brasil (tevé pública e educativa), etc. As salas especializadas, aproveitando seus tempos ociosos, como fazem os multiplex, podem também abrir este espaço. E um canal por assinatura, dedicado exclusivamente a este tipo de cinema, faria contraponto com o Canal Brasil.

S: *Colocando-se na condição de responsável pela política no país, condição já ocupada por você, quais os principais desafios para cumprir o projeto que você delinea acima?*

D: É como reinventar o mundo. Falta tudo. O desafio principal é, simultaneamente, despertar a sociedade e comprometer o governo. Cinemas nacionais são questão de Estado ou não são nada. Afinal de contas, para que Hollywood viva é preciso que o mundo inteiro a sustente. E a nós, quem sustenta? O projeto nacional de que o país carece pode começar pelo cinema, desde que façamos nossa parte. A cultura é a nossa força e a economia, nossa fraqueza. Não era o que Paulo Emilio dizia de Glauber? Nada impede, em tese, que tenhamos um cinema forte, cultural e industrialmente. O cinema brasileiro pode até ter a vocação do abismo, mas não tem a da mediocridade.